



ÍNDICE GERAL

▪ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	32
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.....	34
ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS.....	93
EMENDAS CONSTITUCIONAIS.....	106
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DA CRFB/1988 E DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	132

▪ LINDB

LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO – DECRETO-LEI N. 4.657, DE 04 DE SETEMBRO DE 1942.....	161
--	-----

▪ CÓDIGO CIVIL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO CIVIL.....	166
CÓDIGO CIVIL – LEI N. 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.....	171
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO CIVIL.....	258

▪ CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	280
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI N. 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015	284
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI N. 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015.....	290
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	357

▪ CÓDIGO PENAL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO PENAL	384
LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI N. 3.914, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1941	386
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA NOVA PARTE GERAL DO CÓDIGO PENAL – LEI N. 7.209, DE 11 DE JULHO DE 1984	388
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI N. 2.848, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940	394
CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI N. 2.848, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940.....	402
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO PENAL.....	432

▪ CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	448
LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DECRETO-LEI N. 3.931, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1941.....	450
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	451
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DECRETO-LEI N. 3.689, DE 03 DE OUTUBRO DE 1941	455
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.....	503

* Conteúdo selecionado.

▪ CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.....	524
CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL – LEI N. 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966.....	526
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.....	544

▪ CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	550
CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – LEI N. 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.....	551
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	561

▪ CÓDIGO FLORESTAL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO FLORESTAL	566
CÓDIGO FLORESTAL – LEI N. 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012	567
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO FLORESTAL	579

▪ ESTATUTOS

ESTATUTO DA TERRA – LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964.....	584
ESTATUTO DO ÍNDIO – LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973.....	598
ESTATUTO DOS MILITARES – LEI Nº 6.880, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1980.....	602
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.....	616
ESTATUTO DOS REFUGIADOS – LEI Nº 9.474, DE 22 DE JULHO DE 1997.....	640
ESTATUTO DA CIDADE – LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001.....	643
ESTATUTO DO IDOSO – LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003	649
ESTATUTO DO DESARMAMENTO – LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003	655
ESTATUTO DA JUVENTUDE – LEI Nº 12.852, DE 05 DE AGOSTO DE 2013	660
ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015.....	665
ESTATUTO JURÍDICO DA EMPRESA PÚBLICA, DA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA E DE SUAS SUBSIDIÁRIAS – LEI Nº 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016.....	674
ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB – LEI N. 8.906, DE 04 DE JULHO DE 1994	687
REGULAMENTO GERAL DO ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB.....	695
CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB – RESOLUÇÃO Nº 02/2015, DO CONSELHO FEDERAL DA OAB	709
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB	715

▪ LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR	718
-------------------------------	-----

▪ ÍNDICE ALFABÉTICO DE ASSUNTOS

ÍNDICE DE ASSUNTOS – CÓDIGOS E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR	1752
--	------

▪ LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL

LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL.....	1762
-------------------------------	------

▪ REGIMENTOS INTERNOS

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	1980
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	2001

▪ SÚMULAS

ÍNDICE TEMÁTICO - SÚMULAS ORGANIZADAS POR ASSUNTO – ENUNCIADOS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES (STF – STJ)	2030
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	2034

SÚMULAS VINCULANTES	2034
SÚMULAS.....	2037
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	2051
SÚMULAS.....	2051
I JORNADA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL (BRASÍLIA/DF, 24 E 25 DE AGOSTO DE 2017) ENUNCIADOS APROVADOS.....	2066
I JORNADA DE DIREITO ADMINISTRATIVO – ENUNCIADOS APROVADOS NA PLENÁRIA – 07/08/2020.....	2070
I JORNADA DE DIREITO E PROCESSO PENAL – ENUNCIADOS APROVADOS NA PLENÁRIA – 14/08/2020.....	2072
SÚMULAS DO EXTINTO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS – TFR.....	2073
SÚMULAS DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS – TRF.....	2079
SÚMULAS DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO – TNU	2088

ÍNDICE CRONOLÓGICO DA LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

DECRETO Nº 2.044, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1908	718
<i>Define a letra de câmbio e a nota promissória e regula as operações cambiais.</i>	
DECRETO Nº 20.910, DE 6 DE JANEIRO DE 1932.....	720
<i>Regula a prescrição quinquenal.</i>	
DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937	721
<i>Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.</i>	
DECRETO-LEI 1.608, DE 18 DE SETEMBRO DE 1939	722
<i>Código de Processo Civil.</i>	
DECRETO-LEI Nº 2.627, DE 26 DE SETEMBRO DE 1940	725
<i>Dispõe sobre as sociedades por ações.</i>	
DECRETO-LEI Nº 3.240, DE 8 DE MAIO DE 1941	727
<i>Sujeita a seqüestro os bens de pessoas indicadas por crimes de que resulta prejuízo para a fazenda pública, e outros.</i>	
DECRETO-LEI Nº 3.365, DE 21 DE JUNHO DE 1941	727
<i>Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.</i>	
DECRETO-LEI Nº 3.688, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941	730
DECRETO-LEI Nº 4.597, DE 19 DE AGOSTO DE 1942	733
<i>Dispõe sobre a prescrição das ações contra a Fazenda Pública e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI 6.259, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1944	733
<i>Dispõe sobre o serviço de loterias, e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 9.760, DE 5 DE SETEMBRO DE 1946	737
<i>Dispõe sobre os bens imóveis da União dá outras providências.</i>	
LEI Nº 1.060, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1950	747
<i>Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.</i>	
LEI Nº 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950	747
<i>Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.</i>	
LEI Nº 1.521, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1951	752
<i>Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular.</i>	
LEI Nº 1.579, DE 18 DE MARÇO DE 1952	753
<i>Dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.</i>	
LEI Nº 2.889, DE 1º DE OUTUBRO DE 1956	754
<i>Define e pune o crime de genocídio.</i>	
LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962	754
<i>Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.</i>	
LEI Nº 4.132, DE 10 DE SETEMBRO DE 1962	761
<i>Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação.</i>	
LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964	762
<i>Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.</i>	

LEI Nº 4.380, DE 21 DE AGOSTO DE 1964	767
<i>Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 4.591, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1964	773
<i>Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.</i>	
LEI Nº 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964	783
<i>Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 4.717, DE 29 DE JUNHO DE 1965	788
<i>Regula a ação popular.</i>	
LEI Nº 4.728, DE 14 DE JULHO DE 1965	790
<i>Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.</i>	
LEI Nº 4.729, DE 14 DE JULHO DE 1965	798
<i>Define o crime de sonegação fiscal e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 4.886, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965	799
<i>Regula as atividades dos representantes comerciais autônomos.</i>	
LEI Nº 4.947, DE 6 DE ABRIL DE 1966	802
<i>Fixa Normas de Direito Agrário, dispõe sobre o Sistema de Organização e Funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e dá outras Providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 73, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1966	802
<i>Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 195, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1967	808
<i>Dispõe sobre a cobrança da Contribuição de Melhoria.</i>	
DECRETO-LEI Nº 200, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967	809
<i>Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 201, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967	821
<i>Dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 227, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967	822
<i>Dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940. (Código de Minas)</i>	
LEI Nº 5.256, DE 6 DE ABRIL DE 1967	830
<i>Dispõe sobre a prisão especial.</i>	
LEI Nº 5.474, DE 18 DE JULHO DE 1968	830
<i>Dispõe sobre as duplicatas e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 911, DE 1º DE OUTUBRO DE 1969	832
<i>Altera a redação do art. 66 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, estabelece normas de processo sobre alienação fiduciária, e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 1.075, DE 22 DE JANEIRO DE 1970	833
<i>Regula a imissão de posse, initio litis, em imóveis residenciais urbanos.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 7, DE 7 DE SETEMBRO DE 1970	834
<i>Institui o Programa de Integração Social, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 5.741, DE 1 DE DEZEMBRO DE 1971	834
<i>Dispõe sobre a proteção do financiamento de bens imóveis vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação.</i>	
DECRETO Nº 70.235, DE 6 DE MARÇO DE 1972	835
<i>Dispõe sobre o processo administrativo fiscal e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973*	839
<i>Dispõe sobre os Registros Públicos e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 6.024, DE 13 DE MARÇO DE 1974	847
<i>Dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.099, DE 12 DE SETEMBRO DE 1974	851
<i>Dispõe sobre o tratamento tributário das operações de arrendamento mercantil, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.383, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1976	853
<i>Dispõe sobre o Processo Discriminatório de Terras Devolutas da União, e dá outras Providências.</i>	
LEI Nº 6.385, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1976	854
<i>Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.</i>	
LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976	860
<i>Dispõe sobre as sociedades por ações.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 35, DE 14 DE MARÇO DE 1979	890
<i>Dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional.</i>	
LEI Nº 6.683, DE 28 DE AGOSTO DE 1979	898
<i>Concede anistia e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979	899
<i>Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.803, DE 2 DE JULHO DE 1980	905
<i>Dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.830, DE 22 DE SETEMBRO DE 1980	906
<i>Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981	908
<i>Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.969, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1981	912
<i>Dispõe sobre a aquisição, por usucapião especial, de imóveis rurais, altera a redação do § 2º do art. 589 do Código Civil e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.170, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1983	913
<i>Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984	915
<i>Institui a Lei de Execução Penal.</i>	
DECRETO-LEI Nº 2.164, DE 19 DE SETEMBRO DE 1984	927
<i>Institui incentivo financeiro para os adquirentes de moradia própria através do sistema Financeiro da Habitação, a equivalência salarial como critério de reajustamento das prestações e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985	929
<i>Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado) e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.357, DE 2 DE SETEMBRO DE 1985	930
<i>Dispõe sobre o cheque e dá outras providências.</i>	
RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001, DE 23 DE JANEIRO DE 1986	933
<i>O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - IBAMA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 48 do Decreto nº 88.351, de 1º de junho de 1983, para efetivo exercício das responsabilidades que lhe são atribuídas pelo artigo 18 do mesmo decreto, e Considerando a necessidade de se estabelecerem as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, RESOLVE:</i>	
RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001-A, DE 23 DE JANEIRO DE 1986	934
<i>O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do artigo 7º do Decreto nº 88.351, de 1º de junho de 1983, alterado pelo Decreto nº 91.305, de 3 de junho de 1985, e o artigo 48 do mesmo diploma legal, e considerando o crescente número de cargas perigosas que circulam próximas a áreas densamente povoadas, de proteção de mananciais, reservatórios de água e de proteção do ambiente natural, bem como a necessidade de se obterem níveis adequados de segurança no seu transporte, para evitar a degradação ambiental e prejuízos à saúde, RESOLVE:</i>	

ÍNDICE CRONOLÓGICO DA LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

<p>LEI Nº 7.492, DE 16 DE JUNHO DE 1986 <i>Define os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.</i></p> <p>RESOLUÇÃO CONAMA Nº 9, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1987 <i>Dispõe sobre a realização de Audiências Públicas no processo de licenciamento ambiental.</i></p> <p>DECRETO-LEI Nº 2.406, DE 5 DE JANEIRO DE 1988 <i>Transfere a gestão do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), do Banco Central do Brasil para o Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente e dá outras providências.</i></p> <p>LEI Nº 7.689, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1988 <i>Institui contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas, e dá outras providências.</i></p> <p>LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989 <i>Define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor.</i></p> <p>LEI Nº 7.783, DE 28 DE JUNHO DE 1989 <i>Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.</i></p> <p>LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989 <i>Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.</i></p> <p>LEI Nº 7.913, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1989 <i>Dispõe sobre a ação civil pública de responsabilidade por danos causados aos investidores no mercado de valores mobiliários.</i></p> <p>LEI Nº 7.960, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1989 <i>Dispõe sobre prisão temporária.</i></p> <p>LEI Nº 8.004, DE 14 DE MARÇO DE 1990 <i>Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.</i></p> <p>LEI Nº 8.009, DE 29 DE MARÇO DE 1990 <i>Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.</i></p> <p>LEI Nº 8.021, DE 12 DE ABRIL DE 1990 <i>Dispõe sobre a identificação dos contribuintes para fins fiscais, e dá outras providências.</i></p> <p>LEI Nº 8.025, DE 12 DE ABRIL DE 1990 <i>Dispõe sobre a alienação de bens imóveis residenciais de propriedade da União, e dos vinculados ou incorporados ao FRHB, situados no Distrito Federal, e dá outras providências.</i></p> <p>LEI Nº 8.027, DE 12 DE ABRIL DE 1990 <i>Dispõe sobre normas de conduta dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas, e dá outras providências.</i></p> <p>LEI Nº 8.032, DE 12 DE ABRIL DE 1990 <i>Dispõe sobre a isenção ou redução de impostos de importação, e dá outras providências.</i></p> <p>LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990 <i>Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.</i></p> <p>LEI COMPLEMENTAR Nº 64, DE 18 DE MAIO DE 1990 <i>Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências.</i></p> <p>LEI Nº 8.038, DE 28 DE MAIO DE 1990 <i>Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.</i></p> <p>LEI Nº 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990 <i>Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.</i></p> <p>LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 <i>Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.</i></p>	<p>934</p> <p>936</p> <p>936</p> <p>937</p> <p>938</p> <p>939</p> <p>939</p> <p>941</p> <p>942</p> <p>942</p> <p>944</p> <p>944</p> <p>944</p> <p>945</p> <p>946</p> <p>947</p> <p>948</p> <p>956</p> <p>959</p> <p>961</p> <p>962</p>
--	--

LEI Nº 8.085, DE 23 DE OUTUBRO DE 1990	968
<i>Dispõe sobre o Imposto de Importação.</i>	
LEI Nº 8.100, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1990	968
<i>Dispõe sobre o reajuste das prestações pactuadas nos contratos de financiamento firmados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, vinculados ao Plano de Equivalência Salarial e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990	968
<i>Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.</i>	
LEI Nº 8.137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990	984
<i>Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.160, DE 8 DE JANEIRO DE 1991	986
<i>Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva.</i>	
LEI Nº 8.176, DE 8 DE FEVEREIRO DE 1991	986
<i>Define crimes contra a ordem econômica e cria o Sistema de Estoques de Combustíveis.</i>	
LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991.....	986
<i>Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991.....	999
<i>Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.239, DE 4 DE OUTUBRO DE 1991	1016
<i>Regulamenta o art. 143, §§ 1º e 2º da Constituição Federal, que dispõe sobre a prestação de serviço alternativo ao serviço militar obrigatório.</i>	
LEI Nº 8.245, DE 18 DE OUTUBRO DE 1991	1017
<i>Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.</i>	
LEI Nº 8.257, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1991	1023
<i>Dispõe sobre a expropriação das glebas nas quais se localizem culturas ilegais de plantas psicotrópicas e dá outras providências</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 70, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991.....	1023
<i>Institui contribuição para financiamento da Seguridade Social, eleva a alíquota da contribuição social sobre o lucro das instituições financeiras, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.397, DE 6 DE JANEIRO DE 1992	1024
<i>Institui medida cautelar fiscal e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992	1025
<i>Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.437, DE 30 DE JUNHO DE 1992	1028
<i>Dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público e dá outras providências.</i>	
LEI 8.443, DE 16 DE JULHO DE 1992	1028
<i>Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.617, DE 4 DE JANEIRO DE 1993	1035
<i>Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros, e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1993	1036
<i>Institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.629, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1993	1039
<i>Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 75, DE 20 DE MAIO DE 1993	1044
<i>Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União.</i>	

LEI Nº 8.658, DE 26 DE MAIO DE 1993	1062
<i>Dispõe sobre a aplicação, nos Tribunais de Justiça e nos Tribunais Regionais Federais, das normas da Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, sobre ações penais originárias.</i>	
LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993	1062
<i>Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 76, DE 6 DE JULHO DE 1993	1078
<i>Dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária.</i>	
LEI Nº 8.692, DE 28 DE JULHO DE 1993.....	1080
<i>Define planos de reajustamento dos encargos mensais e dos saldos devedores nos contratos de financiamentos habitacionais no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 983, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1993	1082
<i>Dispõe sobre a colaboração dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com o Ministério Público Federal na repressão a todas as formas de improbidade administrativa.</i>	
LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993	1082
<i>Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.745, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1993	1087
<i>Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 80, DE 12 DE JANEIRO DE 1994*	1089
<i>Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.866, DE 11 DE ABRIL DE 1994	1093
<i>Dispõe sobre o depositário infiel de valor pertencente à Fazenda Pública e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 1.171, DE 22 DE JUNHO DE 1994	1093
<i>Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.</i>	
LEI Nº 8.899, DE 29 DE JUNHO DE 1994	1095
<i>Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.</i>	
LEI Nº 8.934, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994	1095
<i>Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.935, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994	1099
<i>Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro.</i>	
LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995	1101
<i>Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.019, DE 30 DE MARÇO DE 1995	1106
<i>Dispõe sobre a aplicação dos direitos previstos no Acordo Antidumping e no Acordo de Subsídios e Direitos Compensatórios, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.051, DE 18 DE MAIO DE 1995	1107
<i>Dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações.</i>	
LEI Nº 9.074, DE 7 DE JULHO DE 1995.....	1107
<i>Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995	1111
<i>Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995	1117
<i>Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 9.112, DE 10 DE OUTUBRO DE 1995	1122
<i>Dispõe sobre a exportação de bens sensíveis e serviços diretamente vinculados.</i>	
LEI Nº 9.249, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995	1123
<i>Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.250, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995	1126
<i>Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.265, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1996	1130
<i>Regulamenta o inciso LXXVII do art. 5º da Constituição, dispondo sobre a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania.</i>	
LEI Nº 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996	1130
<i>Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.</i>	
LEI Nº 9.289, DE 4 DE JULHO DE 1996.....	1142
<i>Dispõe sobre as custas devidas à União, na Justiça Federal de primeiro e segundo grau e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996.....	1143
<i>Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 13 DE SETEMBRO DE 1996	1143
<i>Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.307, DE 23 DE SETEMBRO DE 1996	1148
<i>Dispõe sobre a arbitragem.</i>	
LEI Nº 9.316, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1996	1151
<i>Altera a legislação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.</i>	
LEI Nº 9.363, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1996	1151
<i>Dispõe sobre a instituição de crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados, para ressarcimento do valor do PIS/PASEP e COFINS nos casos que especifica, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.393, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1996	1152
<i>Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, sobre pagamento da dívida representada por Títulos da Dívida Agrária e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.427, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1996	1155
<i>Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.430, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996	1159
<i>Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997	1173
<i>Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.</i>	
LEI Nº 9.434, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997	1176
<i>Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.447, DE 14 DE MARÇO DE 1997	1178
<i>Dispõe sobre a responsabilidade solidária de controladores de instituições submetidas aos regimes de que trata a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, e o Decreto-lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987; sobre a indisponibilidade de seus bens; sobre a responsabilização das empresas de auditoria contábil ou dos auditores contábeis independentes; sobre privatização de instituições cujas ações sejam desapropriadas, na forma do Decreto-lei nº 2.321, de 1987, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.455, DE 7 DE ABRIL DE 1997	1179
<i>Define os crimes de tortura e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 9.469, DE 10 DE JULHO DE 1997	1179
<i>Regulamenta o disposto no inciso VI do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; dispõe sobre a intervenção da União nas causas em que figurarem, como autores ou réus, antes da administração indireta; regula os pagamentos devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária; revoga a Lei nº 8.197, de 27 de junho de 1991, e a Lei nº 9.081, de 19 de julho de 1995, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997	1180
<i>Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.</i>	
LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997	1192
<i>Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.492, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997	1202
<i>Define competência, regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.494, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997	1205
<i>Disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.507, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1997	1205
<i>Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data.</i>	
LEI Nº 9.514, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1997	1206
<i>Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências.</i>	
RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1997	1210
<i>Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental</i>	
LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998	1213
<i>Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.609, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998	1218
<i>Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998	1219
<i>Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998	1227
<i>Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.</i>	
LEI Nº 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998	1229
<i>Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.636, DE 15 DE MAIO DE 1998	1232
<i>Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.637, DE 15 DE MAIO DE 1998	1241
<i>Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.656, DE 3 DE JUNHO DE 1998	1244
<i>Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.</i>	
LEI Nº 9.703, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1998	1253
<i>Dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais.</i>	

LEI Nº 9.709, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998	1253
<i>Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998	1254
<i>Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999	1255
<i>Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.</i>	
LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999	1258
<i>Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.796, DE 5 DE MAIO DE 1999.	1260
<i>Dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA</i>	
DECRETO Nº 3.048, DE 6 DE MAIO DE 1999	1262
<i>Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.800, DE 26 DE MAIO DE 1999	1321
<i>Permite às partes a utilização de sistema de transmissão de dados para a prática de atos processuais.</i>	
LEI Nº 9.807, DE 13 DE JULHO DE 1999.....	1321
<i>Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.</i>	
LEI Nº 9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999	1322
<i>Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.</i>	
LEI Nº 9.873, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999	1325
<i>Estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.882, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1999	1325
<i>Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal.</i>	
DECRETO Nº 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999	1326
<i>Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999	1329
LEI Nº 9.962, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2000	1330
<i>Disciplina o regime de emprego público do pessoal da Administração federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000	1330
<i>Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.984, DE 17 DE JULHO DE 2000.....	1340
<i>Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh) e responsável pela instituição de normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico. (Redação dada pela Lei nº 14.026, de 2020)</i>	
LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000.....	1344
<i>Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 10.048, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2000	1349
<i>Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000	1349
<i>Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 3.691, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000	1351
<i>Regulamenta a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que dispõe sobre o transporte de pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 105, DE 10 DE JANEIRO DE 2001	1352
<i>Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.188, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2001	1353
<i>Cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 108, DE 29 DE MAIO DE 2001	1355
<i>Dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar, e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 109, DE 29 DE MAIO DE 2001	1356
<i>Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001.....	1362
<i>Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.</i>	
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.220, DE 4 DE SETEMBRO DE 2001	1363
<i>Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.446, DE 8 DE MAIO DE 2002	1364
<i>Dispõe sobre infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme, para os fins do disposto no inciso I do § 1º do art. 144 da Constituição.</i>	
LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002.....	1364
<i>Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.522, DE 19 DE JULHO DE 2002.....	1366
<i>Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.637, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002	1373
<i>Dispõe sobre a não cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), nos casos que especifica; sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.684, DE 30 DE MAIO DE 2003	1380
<i>Altera a legislação tributária, dispõe sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 116, DE 31 DE JULHO DE 2003	1382
<i>Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.779, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2003	1386
<i>Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.</i>	
LEI Nº 10.833, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003	1387
<i>Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 10.887, DE 18 DE JUNHO DE 2004.....	1400
<i>Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, altera dispositivos das Leis nos 9.717, de 27 de novembro de 1998, 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.931, DE 2 DE AGOSTO DE 2004.....	1402
<i>Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, altera o Decreto-lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, as Leis nºs 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 4.728, de 14 de julho de 1965, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 5.296, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004.....	1407
<i>Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004.....	1413
<i>Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 118, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005.....	1418
<i>Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, e dispõe sobre a interpretação do inciso I do art. 168 da mesma Lei.</i>	
LEI Nº 11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005.....	1418
<i>Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.</i>	
LEI Nº 11.105, DE 24 DE MARÇO DE 2005.....	1441
<i>Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.107, DE 6 DE ABRIL DE 2005.....	1445
<i>Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.182, DE 27 DE SETEMBRO DE 2005.....	1447
<i>Cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.254, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2005.....	1459
<i>Estabelece as sanções administrativas e penais em caso de realização de atividades proibidas pela Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas existentes no mundo (CPAQ).</i>	
LEI Nº 11.284, DE 2 DE MARÇO DE 2006.....	1459
<i>Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006.....	1468
<i>Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 5.912, DE 27 DE SETEMBRO DE 2006.....	1476
<i>Regulamenta a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que trata das políticas públicas sobre drogas e da instituição do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD, e dá outras providências.</i>	
DECRETO 5.919, DE 3 DE OUTUBRO DE 2006.....	1477
<i>Promulga a Convenção Interamericana sobre o Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior, concluída em Manágua, em 9 de junho de 1993, com reserva à primeira parte do parágrafo 2º do Artigo VII, relativa à redução dos períodos de prisão ou de cumprimento alternativo da pena.</i>	

LEI Nº 11.417, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006	1479
<i>Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.419, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006	1480
<i>Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.428, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006	1481
<i>Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 6.017, DE 17 DE JANEIRO DE 2007	1484
<i>Regulamenta a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos.</i>	
LEI Nº 11.457, DE 16 DE MARÇO DE 2007	1488
<i>Dispõe sobre a Administração Tributária Federal; altera as Leis nºs 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.683, de 28 de maio de 2003, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.910, de 15 de julho de 2004, o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.098, de 13 de janeiro de 2005, e 9.317, de 5 de dezembro de 1996; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.482, DE 31 DE MAIO DE 2007	1493
<i>Efetua alterações na tabela do imposto de renda da pessoa física; dispõe sobre a redução a 0 (zero) da alíquota da CPMF nas hipóteses que menciona; altera as Leis nºs 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 11.128, de 28 de junho de 2005, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 10.260, de 12 de julho de 2001, 6.194, de 19 de dezembro de 1974, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 9.432, de 8 de janeiro de 1997, 5.917, de 10 de setembro de 1973, 8.402, de 8 de janeiro de 1992, 6.094, de 30 de agosto de 1974, 8.884, de 11 de junho de 1994, 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.706, de 14 de setembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nºs 11.119, de 25 de maio de 2005, 11.311, de 13 de junho de 2006, 11.196, de 21 de novembro de 2005, e do Decreto-Lei nº 2.433, de 19 de maio de 1988; e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 6.170, DE 25 DE JULHO DE 2007	1496
<i>Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências.</i>	
RESOLUÇÃO CNMP Nº 23, DE 17 DE SETEMBRO DE 2007	1499
<i>Regulamenta os artigos 6º, inciso VII, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e os artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/9193, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação do inquérito civil.</i>	
DECRETO Nº 6.214, DE 26 DE SETEMBRO DE 2007	1501
<i>Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.649, DE 4 DE ABRIL DE 2008	1507
<i>Dispõe sobre procedimento na operação de arrendamento mercantil de veículo automotivo (leasing), e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.671, DE 8 DE MAIO DE 2008	1507
<i>Dispõe sobre a transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 6.514, DE 22 DE JULHO DE 2008	1508
<i>Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.770, DE 9 DE SETEMBRO DE 2008	1520
<i>Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 60, DE 19 DE SETEMBRO DE 2008	1520
<i>Institui o Código de Ética da Magistratura Nacional.</i>	
LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008	1522
<i>Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de</i>	

1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

LEI Nº 11.794, DE 8 DE OUTUBRO DE 2008	1523
<i>Regulamenta o inciso VII do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelecendo procedimentos para o uso científico de animais; revoga a Lei nº 6.638, de 8 de maio de 1979; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.795, DE 8 DE OUTUBRO DE 2008	1525
<i>Dispõe sobre o Sistema de Consórcio.</i>	
LEI Nº 11.798, DE 29 DE OUTUBRO DE 2008	1528
<i>FALTA EMENTA...</i>	
RESOLUÇÃO CNMP Nº 36, DE 6 DE ABRIL DE 2009	1529
<i>Dispõe sobre o pedido e a utilização das interceptações telefônicas, no âmbito do Ministério Público, nos termos da Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996.</i>	
LEI Nº 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009	1530
<i>Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.037, DE 1º DE OUTUBRO DE 2009	1532
<i>Dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 12.101, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009	1533
<i>Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.429, de 26 de dezembro de 1996, 9.732, de 11 de dezembro de 1998, 10.684, de 30 de maio de 2003, e da Medida Provisória nº 2.187-13, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.153, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009	1538
<i>Dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.</i>	
LEI Nº 12.187, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2009	1540
<i>Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.232, DE 29 DE ABRIL DE 2010	1541
<i>Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 7.203, DE 4 DE JUNHO DE 2010	1544
<i>Dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal.</i>	
LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010	1544
<i>Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.</i>	
LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010	1548
<i>Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.</i>	
RESOLUÇÃO Nº 428, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010	1555
<i>Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o § 3º do artigo 36 da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.414, DE 9 DE JUNHO DE 2011	1555
<i>Disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito.</i>	
LEI Nº 12.462, DE 4 DE AGOSTO DE 2011	1557
<i>Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a legislação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); cria a Secretaria de Aviação Civil, cargos de Ministro de Estado, cargos em comissão e cargos de Controlador de Tráfego Aéreo; autoriza a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários; altera as Leis nºs 11.182, de 27 de setembro de 2005, 5.862, de 12 de dezembro de 1972, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 11.526, de 4 de</i>	

ÍNDICE CRONOLÓGICO DA LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

<i>outubro de 2007, 11.458, de 19 de março de 2007, e 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998.</i>	
LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011	1564
<i>Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.528, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011	1568
<i>Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.</i>	
LEI Nº 12.529, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011	1569
<i>Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 140, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011	1580
<i>Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.</i>	
LEI Nº 12.562, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011	1582
<i>Regulamenta o inciso III do art. 36 da Constituição Federal, para dispor sobre o processo e julgamento da representação interventiva perante o Supremo Tribunal Federal.</i>	
LEI Nº 12.618, DE 30 DE ABRIL DE 2012	1582
<i>Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a criação de 3 (três) entidades fechadas de previdência complementar, denominadas Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo (Funpresp-Leg) e Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud); altera dispositivos da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 7.724, DE 16 DE MAIO DE 2012.....	1586
<i>Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.</i>	
LEI Nº 12.694, DE 24 DE JULHO DE 2012.....	1593
<i>Dispõe sobre o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 142, DE 8 DE MAIO DE 2013	1593
<i>Regulamenta o § 1º do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.</i>	
LEI Nº 12.815, DE 5 DE JUNHO DE 2013	1594
<i>Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários; altera as Leis nºs 5.025, de 10 de junho de 1966, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.683, de 28 de maio de 2003, 9.719, de 27 de novembro de 1998, e 8.213, de 24 de julho de 1991; revoga as Leis nºs 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e 11.610, de 12 de dezembro de 2007, e dispositivos das Leis nºs 11.314, de 3 de julho de 2006, e 11.518, de 5 de setembro de 2007; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.830, DE 20 DE JUNHO DE 2013	1600
<i>Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia.</i>	
LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013.....	1600
<i>Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 12.850, DE 2 DE AGOSTO DE 2013	1603
<i>Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014	1606
<i>Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.</i>	
LEI Nº 12.984, DE 2 DE JUNHO DE 2014.....	1609
<i>Define o crime de discriminação dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de AIDS.</i>	
LEI Nº 12.990, DE 9 DE JUNHO DE 2014	1609
<i>Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.</i>	
LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014.....	1609
<i>Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 148, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.....	1618
<i>Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; dispõe sobre critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados, o Distrito Federal e Municípios; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 13.060, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.....	1619
<i>Disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, em todo o território nacional.</i>	
DECRETO Nº 8.420, DE 18 DE MARÇO DE 2015	1619
<i>Regulamenta a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 13.123, DE 20 DE MAIO DE 2015	1623
<i>Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto no 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória no 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 13.140, DE 26 DE JUNHO DE 2015.....	1629
<i>Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.</i>	
LEI Nº 13.188, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015	1631
<i>Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 152, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2015.....	1632
<i>Dispõe sobre a aposentadoria compulsória por idade, com proventos proporcionais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal.</i>	
RESOLUÇÃO DO CNJ 213, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.....	1633
<i>Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas.</i>	
DECRETO Nº 8.616, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015	1635
<i>Regulamenta o disposto na Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, e no art. 2º da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 13.240, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015	1638
<i>Dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e os Decretos-Lei nºs 3.438, de 17 de julho de 1941, 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; e revoga dispositivo da Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015.</i>	
LEI Nº 13.254, DE 13 DE JANEIRO DE 2016	1641
<i>Dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) de recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados incorretamente, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no País.</i>	
LEI Nº 13.259, DE 16 DE MARÇO DE 2016	1643
<i>Altera as Leis nºs 8.981, de 20 de janeiro de 1995, para dispor acerca da incidência de imposto sobre a renda na hipótese de ganho de capital em decorrência da alienação de bens e direitos de qualquer natureza, e 12.973, de 13 de maio de 2014, para possibilitar opção de tributação de empresas coligadas no exterior na forma de empresas controladas; e regulamenta o inciso XI do art. 156 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.</i>	
LEI Nº 13.260, DE 16 DE MARÇO DE 2016	1644
<i>Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nºs 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013.</i>	
DECRETO Nº 8.726, DE 27 DE ABRIL DE 2016.....	1645
<i>Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil.</i>	
DECRETO Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016.....	1655
<i>Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.</i>	
RESOLUÇÃO Nº 230, DE 22 DE JUNHO DE 2016	1655
<i>Orienta a adequação das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares às determinações exaradas pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência por meio – entre outras medidas – da convalidação em resolução a Recomendação CNJ 27, de 16/12/2009, bem como da instituição de Comissões Permanentes de Acessibilidade e Inclusão.</i>	
LEI Nº 13.300, DE 23 DE JUNHO DE 2016	1659
<i>Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 13.334, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016	1660
<i>Cria o Programa de Parcerias de Investimentos – PPI; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 8.858, DE 26 DE SETEMBRO DE 2016.....	1662
<i>Regulamenta o disposto no art. 199 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal.</i>	
LEI Nº 13.344, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016	1663
<i>Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).</i>	
DECRETO Nº 8.945, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016	1664
<i>Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 159, DE 19 DE MAIO DE 2017	1671
<i>Institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal e altera as Leis Complementares no 101, de 4 de maio de 2000, e no 156, de 28 de dezembro de 2016.</i>	
LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017	1676
<i>Institui a Lei de Migração.</i>	
LEI Nº 13.460, DE 26 DE JUNHO DE 2017	1684
<i>Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.</i>	

LEI Nº 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017	1686
<i>Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis nºs 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 13.001, de 20 de junho de 2014, 11.952, de 25 de junho de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 12.512, de 14 de outubro de 2011, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 11.124, de 16 de junho de 2005, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 10.257, de 10 de julho de 2001, 12.651, de 25 de maio de 2012, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 13.139, de 26 de junho de 2015, 11.483, de 31 de maio de 2007, e a 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, e os Decretos-leis nºs 2.398, de 21 de dezembro de 1987, 1.876, de 15 de julho de 1981, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 3.365, de 21 de junho de 1941; revoga dispositivos da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e da Lei nº 13.347, de 10 de outubro de 2016; e dá outras providências.</i>	
RESOLUÇÃO DO CJF Nº 458, DE 4 DE OUTUBRO DE 2017	1695
<i>Dispõe sobre a regulamentação, no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, dos procedimentos relativos à expedição de ofícios requisitórios, ao cumprimento da ordem cronológica dos pagamentos, às compensações, ao saque e ao levantamento dos depósitos.</i>	
LEI Nº 13.575, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017	1701
<i>Cria a Agência Nacional de Mineração (ANM); extingue o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); altera as Leis nºs 11.046, de 27 de dezembro de 2004, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e revoga a Lei nº 8.876, de 2 de maio de 1994, e dispositivos do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração).</i>	
LEI Nº 13.608, DE 10 DE JANEIRO DE 2018	1703
<i>Dispõe sobre o serviço telefônico de recebimento de denúncias e sobre recompensa por informações que auxiliem nas investigações policiais; e altera o art. 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para prover recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para esses fins.</i>	
DECRETO 9.292, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018	1704
<i>Estabelece as características dos títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal e dá outras providências. O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001,</i>	
DECRETO Nº 9.662, DE 1º DE JANEIRO DE 2019	1705
<i>Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS.</i>	
DECRETO Nº 9.847, DE 25 DE JUNHO DE 2019	1706
<i>Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas.</i>	
LEI Nº 13.869, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019	1713
<i>Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).</i>	
LEI Nº 13.966, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2019	1715
<i>Dispõe sobre o sistema de franquia empresarial e revoga a Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994 (Lei de Franquia).</i>	
LEI Nº 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020	1716
<i>Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.</i>	
LEI Nº 14.129, DE 29 DE MARÇO DE 2021	1720
<i>Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.</i>	
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021	1724
<i>Lei de Licitações e Contratos Administrativos</i>	

DECRETO 18.871, DE 13 DE AGOSTO DE 1929	1762
<i>Promulga a Convenção de direito internacional privado, de Havana.</i>	
DECRETO 19.841, DE 22 DE OUTUBRO DE 1945	1774
<i>Promulga a Carta das Nações Unidas, da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça, assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, por ocasião da Conferência de Organização Internacional das Nações Unidas.</i>	
DECRETO Nº 21.713, DE 27 DE AGOSTO DE 1946	1785
<i>Promulga a Convenção sobre Aviação Civil Internacional, concluída em Chicago a 7 de dezembro de 1944 e firmado pelo Brasil, em Washington, a 29 de maio de 1945.</i>	
DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS DE 1948.....	1792
DECRETO N. 56.435, DE 8 DE JUNHO DE 1965.....	1794
<i>Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas.</i>	
DECRETO 56.826, DE 2 DE SETEMBRO DE 1965.....	1797
<i>Promulga a Convenção sobre a prestação de alimentos no estrangeiro.</i>	
DECRETO N. 61.078, DE 26 DE JULHO DE 1967	1799
<i>Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Consulares.</i>	
DECRETO Nº 154, DE 26 DE JUNHO DE 1991	1806
<i>Promulga a Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas.</i>	
DECRETO Nº 350, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1991	1814
<i>Promulga o Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai (Tratado Mercosul).</i>	
DECRETO 592, DE 6 DE JULHO DE 1992.....	1819
<i>Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação.</i>	
DECRETO 678, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1992	1824
<i>Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.</i>	
DECRETO Nº 1.530, DE 22 DE JUNHO DE 1995	1831
<i>Declara a entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, concluída em Montego Bay, Jamaica, em 10 de dezembro de 1982.</i>	
DECRETO Nº 1.901, DE 9 DE MAIO DE 1996	1882
<i>Promulga o Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul (Protocolo de Ouro Preto), de 17 de dezembro de 1994.</i>	
DECRETO Nº 2.067, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1996	1886
<i>Promulga o Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa.</i>	
DECRETO Nº 2.740, DE 20 DE AGOSTO DE 1998	1888
<i>Promulga a Convenção Interamericana sobre Tráfico Internacional de Menores, assinada na Cidade do México em 18 de março de 1994.</i>	
DECRETO Nº 3.087, DE 21 DE JUNHO DE 1999	1890
<i>Promulga a Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída na Haia, em 29 de maio de 1993.</i>	
DECRETO 3.321, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1999	1894
<i>Promulga o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais "Protocolo de São Salvador", concluído em 17 de novembro de 1988, em São Salvador, El Salvador.</i>	
DECRETO 3.413, DE 14 DE ABRIL DE 2000.....	1897
<i>Promulga a Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, concluída na cidade de Haia, em 25 de outubro de 1980.</i>	
DECRETO Nº 4.311, DE 23 DE JULHO DE 2002.....	1900
<i>Promulga a Convenção sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras.</i>	
DECRETO Nº 4.388, DE 25 DE SETEMBRO DE 2002.....	1901
<i>Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.</i>	

DECRETO 4.982, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2004	1922
<i>Promulga o Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul.</i>	
DECRETO Nº 5.007, DE 8 DE MARÇO DE 2004	1927
<i>Promulga o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil.</i>	
DECRETO Nº 5.015, DE 12 DE MARÇO DE 2004	1930
<i>Promulga a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional.</i>	
DECRETO Nº 5.687, DE 31 DE JANEIRO DE 2006.....	1939
<i>Promulga a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada pela Assembléia-Geral das Nações Unidas em 31 de outubro de 2003 e assinada pelo Brasil em 9 de dezembro de 2003.</i>	
DECRETO 6.891, DE 2 DE JULHO DE 2009.....	1952
<i>Promulga o Acordo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile.</i>	
DECRETO Nº 7.030, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2009	1954
<i>Promulga a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, concluída em 23 de maio de 1969, com reserva aos Artigos 25 e 66.</i>	
DECRETO 7.225, DE 1º DE JULHO DE 2010	1961
<i>Promulga o Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e a Proteção dos Direitos Humanos do Mercosul, assinado em Assunção, em 20 de junho de 2005.</i>	
DECRETO 9.176, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017	1962
<i>Promulga a Convenção sobre a Cobrança Internacional de Alimentos para Crianças e Outros Membros da Família e o Protocolo sobre a Lei Aplicável às Obrigações de Prestar Alimentos, firmados pela República Federativa do Brasil, em Haia, em 23 de novembro de 2007.</i>	
DECRETO LEGISLATIVO 8, DE 2018.....	1973
<i>Aprova o texto do Tratado sobre o Comércio de Armas, assinado pelo Brasil, no âmbito da Organização das Nações Unidas, em Nova York, em 3 de junho de 2013.</i>	
LEI Nº 13.810, DE 8 DE MARÇO DE 2019	1976
<i>Dispõe sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, incluída a indisponibilidade de ativos de pessoas naturais e jurídicas e de entidades, e a designação nacional de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, de seu financiamento ou de atos a ele correlacionados; e revoga a Lei nº 13.170, de 16 de outubro de 2015.</i>	